

Medidas legais de 26 de outubro de 2022

Extrato das publicações do Diário Oficial da União (DOU) de interesse do setor de TI

Ato Normativo	Ementa / Explicação
Lei nº 14.460, de 25 de outubro de 2022 Visualizar medida	<i>“Transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em autarquia de natureza especial e transforma cargos comissionados; altera as Leis nºs 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e 13.844, de 18 de junho de 2019; e revoga dispositivos da Lei nº 13.853, de 8 de julho de 2019”.</i> Explicação: sanção da MPV 1124/2022, que transforma a ANPD em autarquia em regime especial, conferindo a ela independência administrativa e financeira. A ANPD tem a função de editar normas e fiscalizar procedimentos para proteção de dados pessoais, bem como aplicar sanções. A medida provisória cria, sem aumento de despesa, um cargo comissionado para o diretor-presidente da ANPD e aloca os atuais servidores na nova autarquia. O texto prevê outras mudanças estruturais, como regras para requisição de pessoal, transferência de patrimônio e de pessoal e a previsão de um ato para regulamentar a transição da ANPD de órgão vinculado à Presidência a autarquia independente.
Lei nº 14.459, de 25 de outubro de 2022 Visualizar medida	<i>“Altera a Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa”.</i> Explicação: sanção da MPV 1123/2022, que estabelece novas regras de credenciamento e descredenciamento de empresa estratégica de defesa (EED). Estabelece que para ser classificada como EED a empresa interessada precisa se credenciar no MD e atender a critérios como ter sede no Brasil, dispor de comprovado conhecimento científico ou tecnológico e assegurar o controle acionário de brasileiros, admitida a participação de estrangeiros no capital. Entre outros pontos, o tratamento distinto às EEDs busca incentivar as indústrias do setor a desenvolverem produtos e serviços e ganharem escala com o estímulo visando a exportação, além de garantir vínculos das empresas com o atendimento das necessidades das Forças Armadas.
Acórdão FUST/SETEL nº 6, de 17 de outubro de 2022 Visualizar medida	<i>“Proposição de Plano de Aplicação de Recursos para o triênio 2022-2024. Repasse de Recursos para Agente Financeiro. Aprovação”.</i> Explicação: o Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) aprova o citado Plano de Aplicação de Recursos, apresentado pelo BNDES, e o repasse da totalidade dos recursos orçamentários disponíveis na modalidade reembolsável do ano de 2022 para o Banco — que atua como agente financeiro do FUST.

Acórdão FUST/SETEL nº 7, de 17 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

*“Proposição de **Calendário** para o ano de **2023. Aprovação**”.*

Explicação: o Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) aprova seu Calendário de Reuniões Ordinárias para o próximo ano, a realizar-se nos dias 13 de março, 5 de junho e 6 de novembro de 2023.

Resolução ANCINE nº 124, de 25 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

*“**Aprova o Regimento Interno da Agência Nacional do Cinema (Ancine)**”.*

Explicação: aprova o regimento interno da Ancine e revoga 23 resoluções ou dispositivos, que alteravam o regimento anterior ([RDC nº 59/2014](#)). Entre as competências da Agência, podem-se destacar a **regulamentação** do segmento de **Jogos Eletrônicos**.

Aviso de Audiência Pública ANEEL nº 14/2022

[Visualizar medida](#)

Dispõe sobre [Audiência Pública](#), a ser realizada no dia 4 de novembro, às 10h, em modalidade virtual, com transmissão no canal do [YouTube](#) da Aneel para obter subsídios para o aprimoramento da [proposta](#) de **Agenda Regulatória da Aneel** para o **biênio 2023-2024**.

O texto em análise na audiência pública contém **36 atividades** para o biênio 2023-2024, todas consideradas prioritárias e com entregas previstas para os próximos 2 anos. 11 das atividades são novas, se juntando a 25 constantes da Agenda Regulatória atual (2022-2023). Entre as inéditas consta: **i)** 3 ligadas à modernização da distribuição de energia; **ii)** adequação da regulação de geração para a viabilidade de usinas offshore; e **iii)** 4 atividades de aprimoramento relacionadas à fiscalização responsiva.

As orientações para a realização das exposições orais pelos interessados e outras informações estão disponíveis no link da consulta.

Portaria MAPA nº 504, de 22 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

*“**Institui a Câmara Temática de Inovação Agrodigital** no âmbito do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA)”.*

Explicação: cria Câmara Técnica, no âmbito do CNPA, órgão colegiado vinculado ao MAPA, com 106 membros. Entre outros, a Câmara têm como atribuições: **i)** realizar **estudos** relativos aos segmentos setoriais, necessários ao assessoramento do MAPA em assuntos da sua competência; **ii)** subsidiar o MAPA quanto aos documentos indicativos das ações prioritárias, que contribuam para a formulação de políticas públicas e para a elaboração dos Planos Safra e Plurianual (PPA) e às propostas de aprimoramento da atividade agropecuária; **iii)** estabelecer calendário anual de reuniões para a formulação de políticas públicas destinadas ao setor agropecuário, do Plano Agrícola e Pecuário e do PPA; **iv)** monitorar e avaliar junto aos órgãos competentes a implementação das proposições emanadas das Câmaras Setoriais; e **v)** encaminhar ao Secretário-Executivo do CNPA todas as ações advindas de resoluções e proposições das Câmaras Setoriais, a serem articuladas junto aos órgãos, entidades e instituições competentes.

Resolução MPDFT nº 291, de 18 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

“Altera a [Resolução nº 270, de 26 de fevereiro de 2021](#), que dispõe sobre o **Núcleo Especial de Combate aos Crimes Cibernéticos (NCyber)**, e dá outras providências”.

Explicação: altera Resolução que disciplina o NCyber, centro de apoio operacional aos demais órgãos de execução do MPDFT, para estabelecer que compete ao núcleo (**Art. 4º II**) oficiar em feitos referentes a crimes cibernéticos encaminhados pelos Promotores de Justiça até o recebimento da denúncia, interpondo o recurso cabível na hipótese de rejeição, ou promover seu arquivamento, desde que a solicitação de atuação tenha sido acolhida, nos termos do art. 5º; e que (**Art. 5º §2º**) o acolhimento da solicitação de atuação importará na redistribuição do feito para o Núcleo até o recebimento da denúncia ou a promoção de arquivamento.

Consulta Pública SDIC/SEPEC nº 32, de 25 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

Abre **Consulta Pública**, até o dia 10 de novembro, para o recebimento de manifestações referente a **proposta de alteração do Processo Produtivo Básico (PPB) de “Moduladores e Demoduladores para comunicação de dados”**. O texto completo da proposta deverá ser disponibilizado [aqui](#).

**Aviso de Licitação
Leilão Público CRQ/SC nº 6/2022**

[Visualizar medida](#)

Abre **Leilão Público**, às 10h do dia 16 de novembro, para contratação de pessoa jurídica para **fornecimento de equipamentos de informática, software e licenças informática**.

O edital poderá ser consultado através do [portal](#) do Conselho Regional de Química 13ª Região.

Portaria MInfra nº 1.432, de 21 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

“**Subdelega a competência para aprovar a consolidação do Plano Anual de Contratação**”.

Explicação: pelo ato o Secretário-Executivo do MInfra subdelega competência ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração para aprovar a consolidação do Plano Anual de Contratação (PAC).

Ato de Pessoal

Objetivo

Portaria SEPPI/ME nº 12.390 de 24 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

Designar: Diego Antônio Link, para exercer o encargo de substituto do **Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos** do Ministério da Economia (SEPPI/ME) DAS 101.6.

Portaria ANCINE nº 255-E de 25 de outubro de 2022

[Visualizar medida](#)

Nomear: Thomas Augusto Ferreira de Almeida, no cargo comissionado de **Procurador-Chefe** da Procuradoria Federal junto à **Agência Nacional do Cinema (Ancine)**.

Portaria SEORI/MD nº 5.378 de 24 de outubro de 2022

Designar: José Fernandes Pontes Júnior, para exercer o encargo de substituto do **Secretário-Adjunto da Secretaria de**

Visualizar medida	Orçamento e Organização Institucional do Ministério da Defesa (Seori/MD), FCE 1.15.
Portaria MAPA nº 280 de 25 de outubro de 2022 Visualizar medida	Designar: <u>representantes</u> , para compor a Câmara Temática de Inovação Agrodigital , no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).
Portaria MCom nº 1.513 de 20 de outubro de 2022 Visualizar medida	Nomear: <u>José Alexandre Novaes Bicalho</u> e <u>Maria Eliza Lins Costa Mac Culloch</u> , para compor o Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações (CDUST), no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Observação: É possível ter acesso aos textos das íntegras das medidas por meio do link localizado abaixo da identificação de cada ato.